

**EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: ABORDAGENS PARA CRIANÇAS COM
AUTISMO***INCLUSIVE EARLY EARLY EDUCATION: APPROACHES FOR CHILDREN WITH
AUTISM***DOI: 10.18378/rec.v1i2.11001**Lyoene Danielle de Andrade Nascimento¹Maria Ivanilde de Andrade²Alessandra Palhoni Sabarense Brandão³Grazielli Cristina Batista de Oliveira⁴Joice Batista Maciel Lopes⁵Mariângela Baeta Silva⁶Maria Rita Castilho Rassi⁷Ruth Borges Dias⁸

RESUMO: Este artigo aborda a importância da educação inclusiva para crianças com autismo na educação infantil, destacando estratégias e desafios para sua implementação eficaz. A educação inclusiva é uma abordagem essencial que busca integrar todas as crianças, independentemente de suas habilidades, em salas de aula regulares, promovendo benefícios significativos como a melhoria nas habilidades sociais, de comunicação e no desempenho acadêmico das crianças com autismo. Entre as estratégias discutidas, estão os Planos de Educação Individualizados (PEIs), que personalizam o ensino para atender às necessidades específicas de cada criança, e a formação contínua dos professores em transtornos do espectro autista e métodos de ensino eficazes. A adaptação do currículo e o uso de tecnologia assistiva, como ferramentas de comunicação e aplicativos educativos, são igualmente enfatizados como métodos essenciais para facilitar a aprendizagem. Além disso, o envolvimento ativo dos pais e o suporte às

¹ Acadêmica do 6º Período do Curso de Pedagogia do Instituto Educacional Newton Paiva/BH-MG;

² Enfermeira e Gerontóloga. Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (UNA/BH). Doutoranda em Biotecnologias em Saúde (UNP/RN). Docente e Professora TI em Pesquisa do Curso de Medicina da FASEH, Vespasiano/MG, Brasil;

³ Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da UFMG. Docente dos Cursos de Medicina e Enfermagem da FASEH, Vespasiano/MG, Brasil;

⁴ Farmacêutica. Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFMG). Doutora em Medicamentos e Assistência Farmacêutica pela Farmacêutica (UFMG); Docente do Curso de Medicina da FASEH, Vespasiano/MG, Brasil;

⁵ Enfermeira. Mestre em Administração. Enfermeira no CTI Cardiológico do Hospital das Clínicas da UFMG. Docente do Curso de Medicina da FASEH, Vespasiano/MG, Brasil;

⁶ Médica da Secretaria Municipal de Saúde de Jaboticatubas. Mestranda em Gestão de Serviços da Atenção Primária (FUNIBER). Docente do Curso de Medicina da FASEH, Vespasiano/MG, Brasil;

⁷ Médica da Secretaria Municipal de Saúde de Vespasiano. Mestranda em Saúde Pública. Docente do Curso de Medicina da FASEH, Vespasiano/MG, Brasil;

⁸ Médica com especialização em Medicina da Saúde da Família e Comunidade. Professora dos Cursos de Graduação em Medicina da Unifenas e da FASEH, Vespasiano/MG, Brasil.

famílias são considerados cruciais para o sucesso da inclusão, garantindo uma abordagem colaborativa e holística. O artigo também discute os desafios enfrentados na implementação da educação inclusiva, como limitações de recursos, barreiras atitudinais e a necessidade de políticas e regulamentações adequadas que sustentem essas práticas. Conclui-se que a educação inclusiva, ao promover a integração social e o desenvolvimento pessoal de todas as crianças, requer esforços colaborativos entre educadores, pais e formuladores de políticas para criar ambientes de aprendizagem verdadeiramente inclusivos e de apoio.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Autismo. Educação Infantil. Práticas Inclusivas.

ABSTRACT: This article discusses the importance of inclusive education for children with autism in early childhood education, highlighting strategies and challenges for its effective implementation. Inclusive education is an essential approach that seeks to integrate all children, regardless of their abilities, into regular classrooms, promoting significant benefits such as improved social skills, communication, and academic performance for children with autism. Strategies discussed include Individualized Education Plans (IEPs), which tailor teaching to meet the specific needs of each child, and ongoing teacher training in autism spectrum disorders and effective teaching methods. Curriculum adaptation and the use of assistive technology, such as communication tools and educational apps, are also emphasized as essential methods to facilitate learning. Additionally, active parental involvement and family support are considered crucial for the success of inclusion, ensuring a collaborative and holistic approach. The article also addresses the challenges faced in implementing inclusive education, such as resource limitations, attitudinal barriers, and the need for adequate policies and regulations to support these practices. It concludes that inclusive education, by promoting social integration and personal development for all children, requires collaborative efforts among educators, parents, and policymakers to create truly inclusive and supportive learning environments.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Autism. Early Childhood Education. Inclusive Practices.

INTRODUÇÃO

O ingresso de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil pode ser um desafio, tanto para as famílias quanto para as escolas. No entanto, com a devida compreensão e abordagem adequada, essa transição pode se tornar uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento para todos os envolvidos no processo.

No Brasil existem políticas públicas que garantem a matrícula de crianças com TEA, iniciando na educação infantil e tendo sua permanência até os anos finais da educação básica (BRASIL, 1988). No entanto destaca-se que, de acordo com Guijarro (2005) em seu livro *Ensaio Pedagógico: Como Construir uma Escola para Todos* “o direito à educação não significa somente o acesso a ela, como também, que essa seja de qualidade e garanta que os alunos aprendam. O direito à educação é também o direito a aprender e se desenvolver plenamente como pessoa”.

A busca por práticas pedagógicas eficazes na inclusão de alunos com TEA na educação infantil tem se destacado como um dos desafios enfrentados pelos sistemas educacionais contemporâneos. A educação inclusiva, enquanto princípio e prática, visa garantir que todos os

alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade em ambientes escolares que valorizem a diversidade e promovam a participação ativa de cada criança. Como enfatizado por Guijarro (2005) em seu livro **Ensaio Pedagógico: Como Construir uma Escola para Todos** “o direito de participar implica que todas as crianças tenham direito a serem assistidos nas escolas de suas comunidades, participando nas atividades com todos os seus companheiros e no currículo comum tanto quanto possível.”

De acordo com a American Psychiatric Association (APA, 2013) o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento da criança, incluindo sintomas emocionais, cognitivos, motores e sensoriais. Trata-se de uma condição complexa que se manifesta de maneira única em cada indivíduo, influenciando sua comunicação, interações sociais, interesses e comportamentos. Requerendo uma abordagem educacional personalizada, em que as práticas pedagógicas adotadas nesse contexto sejam sensíveis, adaptativas e inclusivas, visando atender às necessidades específicas de cada criança com autismo, levando em consideração as necessidades individuais de cada aluno. Martins e Camargo (2023) apontam que a adoção dessas práticas pelos professores na educação infantil pode permitir o desenvolvimento das habilidades comprometidas pelo transtorno e auxiliar na adaptação dessas crianças na escola (SPIES, GASPAROTTO & SILVA, 2023).

Na educação infantil, que compreende a faixa etária de zero a seis anos, a inclusão de crianças com autismo é fundamental para promover o desenvolvimento integral e a socialização (MEC, 2008). Ao interagir com seus pares, as crianças com TEA têm a oportunidade de aprender habilidades sociais e de comunicação, além de se beneficiarem do estímulo e do apoio de seus colegas. Neste contexto o papel do educador é fundamental, pois ele deve criar um ambiente acolhedor, adaptar as atividades e estratégias de ensino e promover a compreensão e a aceitação da diversidade entre os alunos. Como apontado por Guijarro (2005) em seu livro **Ensaio Pedagógico: Como Construir uma Escola para Todos** “a escola não somente é um espaço fundamental para a transmissão da cultura e socialização, como também para a construção da identidade social” e que “na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de numerosos alunos e alunas”.

Ao abordar a inclusão de alunos com autismo na educação infantil, os educadores e profissionais da área enfrentam uma série de desafios que vão desde a compreensão das

características do TEA até a implementação de estratégias eficazes de ensino e intervenção. Entre os desafios mais comuns estão a adaptação do ambiente escolar para atender às necessidades sensoriais das crianças autistas, a promoção de interações sociais positivas e significativas, o desenvolvimento da comunicação e linguagem, o estímulo ao aprendizado acadêmico e o suporte às habilidades de autorregulação e autonomia (MARTINS & CAMARGO, 2023; BOSTOLIN & SOUZA, 2023).

No entanto, apesar dos desafios, há uma gama de estratégias e recursos pedagógicos que têm se mostrado eficientes na promoção da inclusão e no apoio ao desenvolvimento das crianças com autismo na educação infantil. Estas estratégias incluem o uso de abordagens educacionais baseadas em evidências, a implementação de rotinas estruturadas e previsíveis, o emprego de recursos visuais e tecnológicos, a colaboração com profissionais de saúde e o envolvimento ativo das famílias no processo educacional (MARTINS & CAMARGO, 2023; BOSTOLIN & SOUZA, 2023).

Uma abordagem eficaz para a inclusão de crianças com autismo na educação infantil envolve a colaboração entre a família, a escola e a equipe multidisciplinar. Essa parceria permite a troca de informações valiosas, a definição de metas individualizadas e a implementação de intervenções adequadas. Além disso, a formação continuada dos educadores é essencial para que eles possam compreender as particularidades do autismo e desenvolver estratégias de ensino adaptadas (STEFFEN, MARTINS & LOPEZ, 2020).

Ao reconhecer as necessidades únicas de cada criança com autismo, a educação infantil pode se tornar um ambiente de aprendizagem e desenvolvimento significativo. Através de adaptações no currículo, na organização do espaço e nas práticas pedagógicas, os educadores podem criar oportunidades para que essas crianças expressem suas habilidades, participem ativamente das atividades e construam relações saudáveis com seus pares (CABRAL & MARIN, 2017).

Neste artigo, será explorada nuances do autismo na educação infantil, buscando fornecer insights valiosos para pais, educadores e profissionais da área.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, realizada através de uma revisão bibliográfica.

A seleção dos estudos foi realizada por meio de bases de dados científicas, utilizando os seguintes termos: “autismo na educação infantil”, “crianças com autismo”, “práticas inclusivas”, “transtorno do espectro autista” e “desenvolvimento infantil”. Foram considerados artigos, livros, teses e dissertações que abordassem a temática.

Os critérios de inclusão levaram em consideração aquelas publicações decorrentes de evidências empíricas acerca das práticas de inclusão do autista na educação infantil. Os dados foram sintetizados e organizados de acordo com os respectivos temas, permitindo a análise e identificação de padrões e tendências acerca da literatura revisada. Foram excluídos os estudos que não responderam ao objetivo da pesquisa.

A partir da análise de conteúdo, utilizou-se a abordagem qualitativa para identificar e descrever os padrões e tendências referentes às práticas educativas inclusivas da criança autista no campo da educação infantil que foram utilizadas na bibliografia consultada. Através desse método, foi possível compreender as diferentes perspectivas aplicadas por educadores para atender as demandas advindas desse público, em específico. Os resultados da análise foram interpretados à luz da legislação vigente e sob a ótica dos autores dos estudos selecionados.

CONTEXTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história da Educação Especial é marcada por uma jornada complexa e evolutiva, refletindo as mudanças sociais, culturais e políticas ao longo dos séculos. Desde os primeiros registros de práticas educacionais para pessoas com deficiência até os avanços contemporâneos em inclusão e acessibilidade, o contexto histórico desempenhou um papel crucial na definição das perspectivas e abordagens em relação à Educação Especial. Anjos & Silva (2017, *apud* Ainscow, 2009) aponta que:

“ao dizer que a Educação Especial ao longo do seu desenvolvimento foi envolvida por uma série de estágios nos quais os estabelecimentos de ensino encaravam de formas distintas o atendimento ao portador de deficiência ou as crianças com dificuldades de aprendizagem. Por vezes, ela era concebida como complemento a educação regular e em outras de forma segregada”.

Os primórdios da Educação Especial remontam às civilizações antigas, onde as pessoas com deficiência eram frequentemente marginalizadas ou excluídas das estruturas educacionais formais. No entanto, ao longo do tempo, surgiram iniciativas para proporcionar educação e cuidados específicos para indivíduos com necessidades especiais, muitas vezes ligadas a

instituições religiosas ou filantrópicas (ANJOS & SILVA, 2017; NASCIMENTO & OMODEI, 2019).

No século XIX, observou-se uma tendência à medicalização das deficiências, com o surgimento de teorias e práticas que enfatizavam a patologia e a incapacidade das pessoas com deficiência. Isso levou à criação de instituições segregadas e asilares, onde muitos indivíduos com deficiência eram colocados à margem da sociedade, sem acesso adequado à educação e ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades (NASCIMENTO & OMODEI, 2019; REPOLHO, PEREIRA & PALHETA, 2018).

Durante o século XX, houve avanços significativos na compreensão das necessidades educacionais das pessoas com deficiência, impulsionados por movimentos sociais, como o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esses movimentos contribuíram para uma maior conscientização sobre a importância da inclusão e da igualdade de oportunidades para todos os indivíduos (REPOLHO, PEREIRA & PALHETA, 2018).

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo o direito à educação inclusiva e de qualidade. A implementação de políticas e legislações voltadas para a inclusão, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e leis de educação inclusiva em diversos países, reflete um movimento global em direção a práticas educacionais mais inclusivas e acessíveis (ANJOS & SILVA, 2017; NASCIMENTO & OMODEI, 2019).

No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem enfrentados no campo da Educação Especial. Questões como a garantia de recursos adequados, a formação de professores capacitados em práticas inclusivas, a adaptação de currículos e materiais didáticos e a promoção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos continuam sendo áreas de atenção e aprimoramento.

“Sem dúvida, a Educação Inclusiva é uma vertente revolucionária que tenta ainda com dificuldades, desvencilhar as barreiras sustentadas pela exclusão. Barreiras essas, que abrangem um conjunto de fatores como: postura da escola, acessibilidade, currículo, falta de capacitação profissional e inadaptação. Porém, sabe-se que legalmente a educação é universal, o que implica numa obrigatoriedade do atendimento qualitativo a todos indistintamente” (ANJOS & SILVA, 2017).

LEGISLAÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM TEA NO BRASIL

Uma das principais leis que regem a educação de pessoas com TEA no Brasil é a Lei nº 12.764, de 2012, também conhecida como a "Lei Berenice Piana". Essa lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando-lhes o direito à educação em sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de ensino. Além disso, a lei estabelece que o poder público deve criar programas de capacitação para professores e profissionais da saúde e da educação, a fim de garantir um atendimento adequado a essa população (BRASIL, 2012).

Outra legislação relevante é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei define que a pessoa com deficiência, incluindo aquelas com TEA, têm direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior. Além disso, a LBI estabelece que as escolas devem oferecer serviços de apoio especializados, como salas de recursos multifuncionais, profissionais de apoio escolar e outros (BRASIL, 2015).

Mais recentemente, em 2020, foi promulgada a Lei nº 14.019, que altera a Lei nº 12.764, de 2012, para tornar obrigatória a matrícula de crianças e adolescentes com TEA na rede regular de ensino (BRASIL, 2020). Essa lei reforça o compromisso do Estado em garantir o acesso à educação inclusiva para essa população.

Apesar dos avanços legais, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta desafios. Muitas escolas ainda não estão devidamente preparadas para receber alunos com TEA, seja em termos de infraestrutura, formação de professores ou apoio especializado. Além disso, a falta de conscientização e o preconceito ainda são obstáculos a serem superados (MURAD et al. 2024).

Nesse contexto, é fundamental que haja um esforço contínuo para garantir que as leis existentes sejam efetivamente aplicadas e que novas políticas sejam desenvolvidas para aprimorar a educação inclusiva para pessoas com TEA no Brasil. Isso requer o engajamento de diferentes atores, como governo, escolas, famílias e a sociedade em geral, em prol de uma educação mais justa e equitativa.

EDUCAÇÃO ESPECIAL DO AUTISTA NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Os desafios na Educação Especial do autista são multifacetados e incluem questões como a compreensão das características do TEA pelos educadores, a adaptação de métodos de ensino e de recursos pedagógicos, a promoção de interações sociais e a comunicação efetiva, além do desenvolvimento de estratégias para lidar com desafios comportamentais e sensoriais que podem surgir no ambiente escolar. (MENDES, 2006).

Para superar os desafios mencionados, são adotadas diversas práticas inclusivas na Educação Especial do autista. Estas práticas incluem a utilização de abordagens pedagógicas diferenciadas, como o ensino estruturado e o uso de rotinas previsíveis, o emprego de recursos visuais e tecnológicos, a implementação de programas de intervenção precoce e de apoio especializado, bem como a formação de professores e profissionais capacitados em práticas inclusivas para o autismo (CABRAL & MARIN, 2017; SOARES & NETO, 2015).

Além das práticas adotadas na escola, é fundamental destacar a importância da participação ativa da família e da comunidade na Educação Especial inclusiva do autista. O envolvimento dos pais e responsáveis no processo educacional, o apoio de profissionais e especialistas externos, a sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral são fatores que contribuem significativamente para o sucesso da inclusão e para o desenvolvimento positivo do aluno autista (CABRAL & MARIN, 2017).

Em suma, a Educação Especial do autista numa perspectiva inclusiva representa um passo importante na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Ao promover a valorização da diversidade, o respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades para todos os alunos, incluindo os autistas, a Educação Especial inclusiva não apenas transforma as práticas educacionais, mas também impacta positivamente a vida de cada indivíduo, contribuindo para um futuro mais justo e inclusivo para todos (MELLO, 2007).

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO DO AUTISTA

A educação de crianças com o TEA é um desafio constante para educadores e profissionais da área. Esses alunos apresentam características únicas, necessitando assim de uma abordagem educacional diferenciada. Para atender às necessidades desses estudantes, é

fundamental a adoção de práticas pedagógicas específicas e eficazes (CABRAL & MARIN, 2017; SOARES & NETO, 2015).

Uma dessas práticas é a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA), que envolve o uso de recursos visuais, pictogramas, sistemas de comunicação por gestos ou tecnologias assistivas para facilitar a comunicação e a expressão do autista. Ferramentas como quadros de comunicação com imagens e aplicativos de comunicação em tablets são fundamentais para promover a interação e a participação dos alunos autistas no ambiente escolar (MONTENEGRO, 2021).

O Ensino Estruturado organiza ambientes e atividades de forma previsível e estruturada, com rotinas claras e objetivos específicos. Essa abordagem é particularmente benéfica para alunos autistas, pois proporciona um ambiente de aprendizagem mais compreensível e seguro. A previsibilidade e a consistência ajudam a reduzir a ansiedade e a melhorar a participação do aluno nas atividades educativas (RASMUSSEN, SILVA & NEIX, 2021).

Incorporar os interesses e paixões dos alunos autistas nas atividades de ensino torna o aprendizado mais significativo e motivador. O Ensino por Meio de Interesses Específicos aproveita os pontos fortes e áreas de interesse do aluno para estimular sua participação ativa e engajamento nas atividades escolares. Por exemplo, se um aluno autista tem interesse em dinossauros, as atividades de leitura, escrita e até matemática podem ser adaptadas para incluir esse tema (DIRECIONAL ESCOLAS, 2024).

A Intervenção Precoce envolve o início de intervenções educacionais e terapêuticas desde a primeira infância, aproveitando o período de maior plasticidade cerebral para promover o desenvolvimento cognitivo, comunicativo e social do autista. Intervenções precoces podem incluir terapias comportamentais, ocupacionais e de fala, integradas ao ambiente escolar (RUSSO, 2023).

Considerar as necessidades sensoriais dos alunos autistas é crucial para proporcionar um ambiente de aprendizagem adequado. A Abordagem Sensorial envolve a criação de ambientes e atividades que respeitem as sensibilidades sensoriais dos alunos e promovam a integração sensorial. Isso pode incluir a criação de espaços tranquilos ou a utilização de materiais que forneçam feedback sensorial positivo (BANDEIRA, 2022).

O uso de estratégias como a CAA pode promover avanços significativos na comunicação verbal e não verbal dos alunos autistas, facilitando sua interação e expressão de sentimentos e pensamentos. Práticas pedagógicas que valorizam os interesses e habilidades dos

alunos autistas contribuem para o desenvolvimento de sua autonomia e autoconfiança. Alunos que se sentem compreendidos e apoiados se tornam mais independentes nas atividades diárias e escolares, adquirindo habilidades importantes para a vida (MONTENEGRO, 2021).

Atividades estruturadas e apoio na interação social podem favorecer o desenvolvimento das habilidades sociais dos alunos autistas. Isso inclui promover o compartilhamento de interesses e a participação em atividades grupais, o que contribui para a inclusão e a participação ativa nas dinâmicas sociais. As práticas pedagógicas inclusivas visam garantir a inclusão dos alunos autistas em todas as atividades escolares e sociais, promovendo sua participação ativa e engajamento (RASMUSSEN, SILVA & NEIX, 2021).

Para implementar efetivamente as práticas pedagógicas adequadas, professores e profissionais da educação precisam de capacitação específica em TEA. Isso inclui entender as características e necessidades individuais de cada aluno autista e desenvolver habilidades para aplicar as estratégias pedagógicas de forma eficaz.

A adaptação de currículos, materiais didáticos e estratégias de ensino para atender às necessidades dos alunos autistas requer planejamento, recursos específicos e flexibilidade por parte dos educadores. A colaboração entre professores, terapeutas, psicólogos e outros profissionais é essencial para oferecer um suporte abrangente aos alunos autistas. Um trabalho conjunto e coordenado pode garantir que as necessidades educacionais e terapêuticas dos alunos sejam atendidas de maneira holística.

Como apontado por Ribeiro & Silva (2023), “a preparação do professor para atender com eficácia os estudantes com esse transtorno é de suma importância, pois esse profissional é um dos principais responsáveis pela mediação pedagógica”.

CONCLUSÃO

Em conclusão, as práticas pedagógicas para a educação do autista são fundamentais para garantir uma educação inclusiva, de qualidade e respeitosa das diferenças. Ao adotar estratégias eficazes, reconhecendo as potencialidades e respeitando as individualidades de cada autista, podemos promover oportunidades de aprendizagem significativas, desenvolvimento pleno e inclusão de todos os alunos na sociedade. A Educação Especial numa perspectiva inclusiva não apenas transforma as práticas educacionais, mas também impacta positivamente a vida de cada autista, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, diversa e acolhedora.

Promover a sensibilização e a conscientização de toda a comunidade escolar sobre as características, necessidades e potencialidades do autismo é fundamental para criar um ambiente inclusivo, acolhedor e respeitoso para todos os alunos. Isso pode ser feito por meio de programas de formação, workshops e atividades de sensibilização. A implementação de práticas pedagógicas inclusivas é essencial para garantir o sucesso educacional dos alunos com TEA. Essas práticas promovem o desenvolvimento integral dos alunos autistas e contribuem para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. No entanto, é necessário enfrentar os desafios associados à capacitação de profissionais, adaptação curricular, apoio multidisciplinar e sensibilização da comunidade escolar para assegurar a efetividade dessas práticas. Com um compromisso conjunto, é possível construir uma educação inclusiva que beneficie a todos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 Task Force. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5™*. 5th ed. American Psychiatric Publishing, Inc., 2013.

ANJOS, M. A. M.; SILVA, L. A. M. Breve resumo do itinerário histórico da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Acta Científica**, v. 7, 2016. Disponível em:

BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e217423, 2019.

BANDEIRA, G. Integração sensorial no autismo: o que é e como funciona? *Genial Care*, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF: 1999.

BRASIL. Decreto nº 7.611/2011. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2011.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>.

BROSTOLIN, M. R.; SOUZA, T. M. F. A docência na Educação Infantil: pontos e contrapontos de uma educação inclusiva. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 43, n. 119, p. 52-62, jan./abr., 2023.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. Inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática da literatura. **Educação em Revista**, v. 33, p. e142079, 2017.

DIRECIONAL ESCOLAS. Educação personalizada: Como adequar o ensino de acordo com a demanda de cada estudante? **Revista Direcional Escolas**. 2024. Disponível em: <https://direcionalescolas.com.br/educacao-personalizada-como-adequar-o-ensino-de-acordo-com-a-demanda-de-cada-estudante/>.

GUIJARRO, M. R. B et al. **Ensaio Pedagógico: Como Construir uma Escola para Todos**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007. 194 p.

MARTINS, J. S.; CAMARGO, S. P. H. A adaptação de crianças com autismo na pré-escola: estratégias fundamentadas na Análise do Comportamento Aplicada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, e5014, 2023.

MELETTI, S. M. F.; RIBEIRO, K. Indicadores educacionais sobre a Educação Especial no Brasil. **Cadernos CEDES**, v. 34, n. 93, p. 175–189, maio 2014.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387–405, 2006.

MESSIAS, F. **A formação de professores para a educação inclusiva**. In: SEMINÁRIO NACIONAL HISTEDBR, 7., 2006, Campinas. Anais [...]. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/V/Ver%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

MONTENEGRO, A. C. A et al. Contribuições da comunicação alternativa no desenvolvimento da comunicação de criança com transtorno do espectro do autismo. **Audiology - Communication Research**, v. 26, p. e2442, 2021.

MOURA, T. L. D. et al. Trajetória educacional de estudantes com autismo e deficiência intelectual: avaliação de leitura, escrita, matemática e comportamento verbal. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 29, p. e23010, 2023.

MURAD, G. A et al. O impacto do diagnóstico precoce e intervenção em crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). **Revista Brasileira de Revisão de Saúde**, v. 5, p. 20116–20134, 2023.

REPOLHO, S. M.; PEREIRA, C. O.; PALHETA, R. M. S. A formação do professor frente à Educação Inclusiva de pessoas com deficiência. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 034–056, 2018.

RASMUSSEN, F. S. M.; SILVA, R. C.; NEIX, C. S. V. O ensino e a atividade estruturada para a aprendizagem de pessoas com transtorno do espectro autista. **Construção psicopedagógica**, São Paulo, v. 30, n. 31, p. 101-112, dez. 2021.

RIBEIRO, M. A. F. S.; SILVA, K. S. B. P. Um olhar sobre o atendimento educacional especializado do estudante com transtorno do espectro autista. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Educação especial e inclusiva: reflexões, pesquisa, práticas e formação de professores**. Curitiba: Editora Appris, 2023. p. 76.

RUSSO, F. Intervenção Precoce no Autismo: Promovendo o Desenvolvimento Infantil. **Neuro+Conecta**, 2023. Disponível em: <https://neuroconecta.com.br/intervencao-precoce-no-autismo-promovendo-o-desenvolvimento-infantil/>.